

ENTREVISTA: BERNARDO PIRES DE LIMA

Investigador, cientista político, colunista do DN

O ensaio *Portugal e o Atlântico*, que defende o reposicionamento de Portugal face à UE e aos EUA, chega às livrarias na próxima quarta-feira

“Diplomacia económica não é política externa”

MANUEL CARLOS FREIRE

Diz que há “um vazio no desenho da política externa”. Porquê?

A política externa tem de resistir às intempéries que acontecem num dos seus pilares tradicionais. No caso da UE, fomos procurar alternativas a destinos económicos de parceiros como a Espanha, a França e à debilidade da bancarrota, quando não precisávamos de ter ido a correr. Foi confundir política económica com política externa. Não conseguimos maximizar a geografia, recursos humanos, relações externas extraeuropeias nem potencial marítimo. Se o tivéssemos feito, teríamos passado a crise europeia com outra robustez. Daí a proposta de alicerçar no Atlântico fatores estruturais que nos blindem dos momentos menos bons do pilar europeu.

Confunde-se diplomacia económica, laços comerciais, com política externa e prioridades políticas? Exatamente. Diplomacia económica é um vetor da política externa. Deve estar estruturada em relações de Estado sólidas e oportunidades de mercado que surjam, não subverter os interesses externos com regimes com quem não partilhemos valores, identidades, dinâmicas diplomáticas, segurança e modelos políticos. Além disso, a diplomacia económica foi de tal forma trabalhada no discurso político que quase subverteu a natureza da diplomacia, política e clássica, fazendo dos seus membros minicaxeiros-viajantes que apressadamente procuraram outros papéis para os seus perfis diplomáticos.

Portugal pode ser um pivó geopolítico e económico no Atlântico, entre potências como EUA, Brasil, Reino Unido, Alemanha ou França?

Precisamos de ter fatores diferenciadores e competitivos. Geografia e recursos humanos, características de equilíbrio regional (não temos inimigos ou adversários de monta, somos uma democracia consolidada), tudo isso pode ser um fator de atração de investimento, de diferenciação política num quadro geográfico entre a Europa e o Atlântico. Acho possível... ao contrário do que

habitualmente escrevo no DN, este é um ensaio verdadeiramente otimista.

A China tem vindo a assumir papel de relevo na economia portuguesa, tem uma influência crescente...

Uma coisa são oportunidades de negócio, outra os pilares de política externa. A nossa história na Ásia deve ser valorizada, mas essa geografia não pode ser uma prioridade da nossa inserção internacional. Pode ser um complemento, não temos dimensão para jogar no tabuleiro asiático e a geografia da Ásia-Pacífico tende a ser muitíssimo conflituosa nos próximos anos. Vejo muito mais potencial no Atlântico por causa da estabilidade, da falta de conflitualidade intraestadual, da dinâmica comercial, da revolução energética, o haver uma potência líder aceite por todos... nada disto acontece na Ásia.

Como pode Portugal redimensionar o seu poder entre UE e EUA?

Precisa de inverter o declínio recente da relação bilateral, de encontrar pontos de encontro com os EUA para lá da segurança e da defesa. Há três pilares: o comercial, que pode ser potenciado a nível bilateral ou no quadro do Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento, em que Portugal deve ser um dos principais defensores de um bom acordo, não um rápido; depois aproveitar a redução energética em curso nos EUA, mas também no Canadá, México e em toda a bacia atlântica para poder ser uma plataforma de entrada do gás (de xisto) na Europa; e também pode ser um *hub* da segurança marítima atlântica: já somos a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima, da CPLP, do Centro Marítimo de Análises e Operações contra o Narcotráfico. Poderíamos ter uma escola NATO de formação de militares africanos...



Portugal e o Atlântico
Bernardo Pires de Lima
Fundação Francisco Manuel dos Santos



PRÉ-PUBLICAÇÃO

NATO OU UE FRACAS SÃO UMA AMEAÇA À PAZ EUROPEIA

Tal como as pessoas não escolhem a família em que nascem, também os Estados não escolhem a sua posição geográfica. Portugal é um país periférico na Europa mas central no Atlântico. Não podemos mudar de continente nem de oceano, mas devemos maximizar os espaços geopolíticos nos quais estamos integrados.

Não vale a pena detalhar a história atlântica portuguesa, feita de virtudes e de defeitos ao longo dos últimos 500 anos, do período áureo da descoberta do Brasil e da passagem do cabo da Boa Esperança até à Índia, das presenças militar, cultural e política nas duas costas de África, ao papel precursor das relações de um país europeu com a China e com o Japão. A dimensão marítima foi sustento do país e da coroa durante séculos, consolidando uma vocação imperial e colonizadora, que foi tanto a causa do apogeu português nas relações internacionais como a razão do seu declínio. A queda do último

dos impérios europeus e a imprescindível europeização da política externa portuguesa desviaram a centralidade da natureza atlântica da hierarquia de interesses nacionais, embora esta tenha permanecido vector de independência e segurança de Portugal, ao manter como pilar estrutural uma aliança próxima com a grande potência marítima do Atlântico, os EUA. Esta equação prevalece: os EUA vão continuar a ser a grande potência do Atlântico e sobre isso as opções de Portugal vão continuar a ser

iguais às de qualquer pessoa quando nasce numa determinada família, ou seja, um facto indisputável e sem alternativa. Aliás, o mesmo se passa com a pertença à UE, uma opção constitucional portuguesa e fundacional do regime democrático, garante do nosso sistema político, do Estado de Direito, do pluralismo, das liberdades e da abertura económica. Os últimos trinta anos transformaram Portugal, modernizaram a sua economia, consolidaram os seus sistemas educativo e de saúde, normalizaram as relações entre a esfera civil e a militar, inserindo as Forças Armadas numa “comunidade de segurança” euroatlântica, respeitando padrões de cooperação e sofisticação tecnológica, num quadro continental de aprofundamento da integração económica, financeira, comercial, educativa e militar. Por outras palavras, a UE foi vital para a normalização da democracia e para a adequação da nossa inserção internacional



Bernardo Pires de Lima



Bernardo Pires de Lima, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova, diz que a relação bilateral Portugal-EUA deve alargar-se a outras áreas da Defesa além das Lajes

pós-imperial. Contudo, o aprofundamento da integração europeia, nomeadamente a partir da criação da união monetária e da entrada em vigor da moeda única, consolidou a política europeia como uma dimensão absolutamente preponderante das várias políticas nacionais dos Estados-membros. Basta dizer que 80% do investimento público português tem origem nos fundos comunitários e 80% da nossa legislação decorre das instituições europeias. Portugal viu naturalmente diluído o seu peso relativo no concerto europeu à medida que os alargamentos se deram a países de igual ou de superior dimensão, os quais por sua vez desviaram o centro gravitacional da UE para Leste, oficializando Portugal também como a periferia ocidental da UE alargada.

Precisamente por termos delegado a consolidação do nosso regime e da modernização da economia na UE, e porque o caminho supranacional percorrido por esta nos últimos vinte anos acabou por cristalizá-la como parte integrante da política interna portuguesa, ficou um vazio no desenho da política externa. Por um lado, as relações dentro da Europa passaram a ser do domínio interno português, expondo o país a períodos de recessão económica generalizada nesse espaço ou de desorientação política e financeira no quadro da moeda única; por outro, o facto de não termos trabalhado com outro vigor e outro equilíbrio a vocação atlântica veio a restringir o leque de alternativas estratégicas no quadro que acabou por misturar num curto espaço de tempo os

efeitos de uma década de anémia económica, de má gestão das finanças públicas, o embate com a maior crise financeira internacional das últimas sete décadas, a deficiente arquitectura do euro e a excessiva exposição à contracção económica dos nossos principais parceiros comunitários, como Espanha e França.

Não vejam na proposta que procurarei enunciar neste terceiro capítulo qualquer aversão à UE ou um assomo de regresso à mitologia do império. Muito pelo contrário: um país como Portugal não se pode dar ao luxo, como são os casos da Suíça, da Islândia ou da Dinamarca, de estar fora da UE ou de evitar acompanhar os diversos centros de decisão comunitários. Mas pode redimensionar o seu poder e o seu estatuto entre os cada vez mais numerosos Estados-membros e nas instituições europeias se potenciar a sua posição geográfica e a sua política externa, recentrando-a de outra maneira no Atlântico. A minha proposta percorre, por isso, dois grandes eixos interligados. Primeiro, como autêntico pivot geopolítico entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Segundo, como *hub* económico entre a Europa e a bacia atlântica.

No capítulo anterior vimos as potencialidades do Atlântico nos domínios energético, comercial, logístico, financeiro, mas sobretudo político. Deixemos para já de lado aquelas dimensões porque é por aqui que devemos começar: pelo postulado da estabilidade política consolidada no Atlântico Norte, através da resiliência e da capacidade de adaptação às mutações da história quer da NATO quer da UE. Porque as duas devem estar associadas como pilares deste Ocidente próspero e em segurança, evolutivamente democrático e pluralista, além de o facto da esmagadora maioria dos países europeus pertencer às duas organizações lhes conferir um carácter estrutural na sustentabilidade dos seus próprios regimes. Ou seja, a desvitalização de uma das duas pode implicar não só o fracasso das democracias europeias, mais dependentes da NATO e da UE, como a erosão rápida da confiança entre todos até percorrer um roteiro de atrito permanente. A história da Europa diz-nos que a sensatez deve ser uma virtude política levada ao extremo e de preferência prevalecer em momentos críticos. E estamos a atravessar um deles. A partir da eclosão da crise financeira internacional com epicentro nos EUA em 2008 e da exposição bancária e económica de muitos países europeus, a blindagem da zona euro foi posta à prova. Cedo se perceberam as incongruências da sua arquitectura, abrindo caminho a que em cima de uma crise financeira externa se acumulasse um turbilhão político na gestão da moeda única. Só que esta história não começa em 2008.